COPAPA – COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Mensagem da Diretoria

A COPAPA iniciou o ano de 2021 com audaciosas metas de curto e longo prazo, dentre elas o objetivo de dar continuidade na implementação do projeto COPAPA 60+, lançado no início de 2020, quando a empresa completou 60 anos de sua fundação, e que visa implantar uma cultura de sustentabilidade na companhia.

Neste contexto, no ano de 2021 ainda tínhamos o enfrentamento dos efeitos da Covid-19 sobre os aspectos socioeconômicos e seus impactos no custo de produção, tendo a companhia o objetivo de minimizar os efeitos da crise em nossos resultados e proteger a posição financeira.

Em relação a Covid-19, mesmo ante a vacinação de grande parte da sociedade, a companhia manteve seu plano de contingência atualizado e vigente, contando com várias fases de acordo com a curva de contágio da doença, sempre com objetivo de garantia a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores e parceiros.

Mesmo diante destes desafios, a companhia teve um satisfatório desempenho operacional, apresentando em 2021 um crescimento de 3,9% no volume de produção de papéis para fins sanitários.

O cenário econômico e financeiro adverso não impediu que a companhia apresentasse margens positivas, como podemos observar no quadro a seguir, porém abaixo do desempenho histórico.

Margens	2020	2021
Margem Bruta	35,4%	27,7%
Margem Operacional	7,2%	1,0%
Margem Líquida	5,9%	1,2%
Margem Ebitda	14,1%	9,8%

As reduções das margens se deram, em especial, devido ao resultado da atividade produtiva, afetado pelo aumento do custo de produção, conforme destacamos a seguir, alguns desses efeitos no resultado:

- ✓ Aumento do custo dos insumos e matérias primas: (i) aumento do custo da celulose, que ao longo do ano de 2021 foi afetado pelo preço no mercado internacional; (ii) aumento do custo das aparas de papéis, devido redução de sua geração em consequência da pandemia e; (iii) o aumento do custo das embalagens em decorrência da pandemia, bem como dos fenômenos meteorológicos (furacões e geadas) nos EUA, ocorridos no segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021, que afetaram os custos em 2021.
- ✓ Aumento dos custos de energia, devido à crise hídrica de 2021, que afetou os encargos de segurança energética nacional.
- ✓ Aumento do custo dos combustíveis, devido ao aumento do petróleo no mercado internacional e os efeitos do câmbio sobre o custo do produto.

Várias medidas foram adotadas pela administração no decorrer de 2021, a fim de minimizar os efeitos dos aumentos dos custos:

- ✓ Revisão do mix de produção e de venda;
- ✓ Revisão do portifólio de produtos comercializados;
- ✓ Desenvolvimento de novos produtos;
- ✓ Revisão das políticas de negociação com fornecedores;
- ✓ Desenvolvimento de novos fornecedores e insumos para produção;
- ✓ Elaboração de grupos de trabalho, com foco em redução de custos e despesas fixas, produtividade, oportunidades, utilidades e comercial.

Essas ações foram relevantes para minimizar os impactos dos aumentos do custo de produção no resultado, bem como garantir uma margem positiva no ano de 2021.

Além dos esforços para redução dos custos e despesas, a companhia também se empenhou em buscar a maximização das suas receitas, tanto pelo crescimento do volume vendido, quanto do aumento de preço médio de venda. Como efeito desses esforços, a empresa aprestou um crescimento de 17,7% da sua receita operacional líquida em relação a 2020.

Apesar do cenário adverso, a COPAPA foi resiliente diante dos desafios de 2021 e alcançou várias vitórias.

No último trimestre de 2021, mesmo em meios aos efeitos da pandemia na economia, a COPAPA realizou a primeira emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 105 milhões, tendo os bancos Itaú BBA e UBS/BB como coordenadores líderes da operação, que proporcionou liquidez a companhia para enfrentamento de um ano de incertezas.

Todo esforço da companhia gerou reconhecimento de grandes instituições ao longo de 2021, como por exemplo, a conquista do Prêmio Firjan Ambiental. Entre diversos concorrentes de todo estado do Rio de Janeiro, a COPAPA alcançou o primeiro lugar na categoria "Relação com partes interessadas" com o projeto Carinho Eco Green, que muda o processo de produção de papéis sanitários, de modo a gerar menor impacto no meio ambiente e repensar o modelo de negócio da empresa, desde a escolha de insumos e matérias-primas até o descarte do produto.

Antes mesmo desta importante conquista, a COPAPA já havia ganhado destaque por meio de seu Diretor Presidente, Fernando Pinheiro, que foi agraciado com a Medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro, concedida a empresários e personalidades que se destacaram na política, economia e na área social no último ano. A honraria realizada pela Firjan reconhece a força da indústria do Noroeste Fluminense para o estado do Rio e o Brasil e o longo tempo de trabalho e dedicação da COPAPA na luta pelo desenvolvimento regional.

O destaque da conquista do Prêmio Firjan Ambiental 2021 repercutiu na ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), onde a COPAPA recebeu uma moção honrosa de congratulações e aplausos por sua vitória na premiação. A iniciativa foi da Deputada Estadual Delegada Martha Rocha e quem esteve presente para receber a homenagem foi nosso Diretor Presidente, Fernando Pinheiro.

Todas estas conquistas e homenagens, principalmente referente ao esforço da empresa em seguir com investimentos em desenvolvimento de produtos e realizações de ações sustentáveis, atrelados ao Programa COPAPA 60+, incorporou à política da empresa os conceitos de ESG (Environmental, Social and Governance).

Como resultado desse propósito de inovação, além do Carinho Eco Green, foi o lançamento do Carinho Premium Ecológico, o 1º papel higiênico do Brasil sustentável em todo ciclo de vida*, em embalagem de papel (*ABNT Ambiental PE-428). Foi através da junção do reconhecimento da marca Carinho Premium e da pegada sustentável do Carinho Eco Green que surgiu o mais novo produto da COPAPA.

Carinho Premium Ecológico conta com certificações vigentes de instituições de referência em sustentabilidade, como a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – selo PE-428 (produto de ciclo de vida sustentável) e FSC (Forest Stewardship Council), ambas com processos anuais de auditoria aprovados.

Todas essas ações foram virtuosas para a empresa, que em 2021 alcançou uma receita bruta de venda de R$ 390,75 milhões, crescimento de 17,70% em relação a 2020. Lucro Líquido de R$ 4,29 milhões e Ebitda de R$ 34,68 milhões.

É importante ressaltar que, mesmo com todas as dificuldades de 2021, o desempenho das nossas operações foi excepcional, resultado do engajamento e dedicação de todos os colaboradores da COPAPA.

Para 2022, levaremos os impensáveis aprendizados que 2021 nos proporcionou e as conquistas que nossa resiliência nos trouxe. Continuaremos focados em criar soluções sustentáveis e inovadoras para os desafios da sociedade num processo de constante transformação e renovação.

Fernando Pinheiro	**Celso Ademir da Costa**	**Igor Dias da Silva**
Diretor Presidente	Diretor Administrativo	Diretor Financeiro

Tel.: +55 21 2210 5166

www.bdo.com.br

Avenida Barão de Tefé, 27 – 9º andar
Rio de Janeiro- RJ - Brasil
20.220-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
COPAPA – Companhia Paduana de Papéis S.A.
Santo Antônio de Pádua – RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **COPAPA – Companhia Paduana de Papéis S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COPAPA – Companhia Paduana de Papéis S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração	Resposta da auditoria sobre o assunto
Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui registrado ativos tangíveis em montantes relevantes. A Administração da Companhia aplica, no mínimo anualmente, procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Administração sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Avaliamos e obtivemos o entendimento, a avaliação da metodologia de precificação do valor justo das opções, a avaliação do desempenho, a implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados a avaliação, mensuração e divulgação dos referidos instrumentos financeiros derivativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: ▪ Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas na análise e entendimento das premissas e metodologia dos cálculos matemáticos do valor em uso, que inclui a revisão da taxa de desconto utilizada, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores, previsões econômicas e setoriais e outras informações históricas; ▪ Acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado; ▪ Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado; ▪ Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia, para avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida e de longa duração, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo Antônio de Pádua, 31 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Ativo

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.789.002	37.942.684
Contas a receber de clientes	4	43.756.174	35.024.298
Estoques	5	24.997.633	19.763.438
Impostos a recuperar	6	35.549.947	22.889.023
Despesas antecipadas		10.327.388	4.216.273
Outros créditos	8	258.467	528.727
		134.678.611	**120.364.443**
Não circulante			
Impostos a recuperar	6	27.461.284	17.362.072
Contas a receber - partes relacionadas	7	3.100.400	
Outros créditos	8	-	9.067
		30.561.684	**17.371.139**
Imobilizado	9	128.406.145	125.241.870
Direito de Uso	10	12.854.278	13.693.898
Ativo de Subvenção	11	8.658.300	-
		149.918.723	**138.935.768**
Total do ativo		**315.159.018**	**276.671.350**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	46.285.909	35.622.388
Operação Risco Sacado	13	22.903.150	19.100.110
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	16.733.614	29.086.766
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	16	3.871.498	3.997.290
Obrigações tributárias	17	1.502.644	1.370.432
Obrigações sociais a pagar	18	4.227.497	5.211.635
Comissões a pagar		974.887	1.030.560
Dividendos	19	96.797	96.543
Outros passivos circulantes	20	5.005.810	5.381.178
		101.601.806	**100.896.902**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	147.726.102	104.738.728
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	16	2.100.000	4.940.651
Contas a a pagar - partes relacionadas	7	6.673.518	6.434.298
Impostos e contribuições sociais diferidos	21	1.949.916	2.766.160
Provisão para contingências	23	41.481	41.481
		158.491.017	**118.921.318**
Patrimônio líquido	24		
Capital social		24.150.000	20.125.000
Reserva de lucros		27.315.753	32.943.968
Ajuste de avaliação patrimonial		3.600.442	3.784.162
		55.066.195	**56.853.130**
Total do passivo e patrimônio líquido		**315.159.018**	**276.671.350**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional, líquida	**25**	**352.191.045**	**299.209.253**
Custos dos produtos vendidos	26	(254.672.869)	(193.155.499)
Lucro bruto		**97.518.176**	**106.053.754**
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com vendas	27	(54.167.015)	(48.324.441)
Despesas gerais e administrativas	28	(20.278.123)	(18.505.330)
Despesas com depreciação		(1.875.339)	(1.704.456)
Outras receitas/(despesas) operacionais	29	6.126.599	(1.407.625)
Resultado antes do efeito financeiro		**(70.193.878)**	**(69.941.852)**
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	30	1.569.737	887.838
Despesas financeiras	30	(25.421.926)	(15.565.376)
		(23.852.189)	**(14.677.538)**
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**3.472.109**	**21.434.364**
Imposto de Renda	22	600.180	(2.655.105)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	22	216.065	(1.011.769)
		816.245	**(3.666.874)**
Lucro líquido do exercício		**4.288.354**	**17.767.490**
Lucro líquido por ação		**0,18**	**0,88**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**4.288.354**	**17.767.490**
Outros resultados abrangentes:		
Realização do ajuste patrimonial	183.720	217.194
Resultado abrangentes do exercício	**4.472.074**	**17.984.684**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

		Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva para Aumento de Capital	Reserva Especial de Dividendos	Avaliação Patrimonial	Lucros líquidos/(prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**20.125.000**	**3.335.831**				**4.001.356**	**17.572.372**	**45.034.559**
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(217.194)	217.194	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.767.490	**17.767.490**
Destinação do lucro:								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.948.919)	**(5.948.919)**
Reserva legal	-	689.169	-	-	-	-	(689.169)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**20.125.000**	**4.025.000**	**-**	**-**	**-**	**3.784.162**	**28.918.968**	**56.853.130**
Ajuste de avaliação patrimonial líquido de imposto	-	-	-	-	-	(183.720)	183.720	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.288.354	**4.288.354**
Destinação do lucro:								
Aumento de Capital	4.025.000	-	-	-	-	-	(4.025.000)	**-**
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.075.289)	**(6.075.289)**
Constituição de reservas	-	214.418	4.073.936	5.850.000	13.152.399	-	(23.290.753)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**24.150.000**	**4.239.418**	**4.073.936**	**5.850.000**	**13.152.399**	**3.600.442**	**-**	**55.066.195**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**4.288.354**	**17.767.490**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para perda esperada, efeito líquido	(396.742)	(759.721)
Depreciação - Imobilizado	5.107.481	4.917.704
Depreciação - Direito de Uso	2.739.450	1.717.551
Baixa de imobilizado	169.047	(749.051)
Provisão de juros, encargos financeiros, variação monetária sobre empréstimos	19.039.189	11.698.129
	30.946.779	**34.592.102**
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Variação de contas a receber de clientes	(8.335.134)	3.185.205
Variação de estoques	(5.234.195)	(3.815.802)
Variação de impostos a recuperar	(22.760.136)	(2.055.229)
Variação de outros créditos	279.327	91.962
Variação de despesas antecipadas	(6.111.115)	(887.027)
	(42.161.253)	**(3.480.891)**
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Variação de fornecedores	14.466.561	12.955.886
Variação de obrigações tributárias	132.212	(283.539)
Variação de obrigações trabalhistas, impostos e contribuições a recolher e provisão de Imposto de Renda, desmobilização de ativo, contribuição social e outros	(1.800.382)	87.170
Variação de comissões a pagar	(55.673)	107.303
Variação de dividendos	254	3.573
Variação de outros débitos	(375.368)	537.458
	12.367.604	**13.407.851**
Caixa líquido gerado provenientes das atividades operacionais	**1.153.130**	**44.519.062**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(8.440.803)	(11.207.932)
Aquisição direito de uso - IFRS 16	(1.899.830)	(3.170.299)
Aquisição ativo - subvenção	(8.658.300)	-
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	**(18.998.933)**	**(14.378.231)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	51.215.996	80.381.571
Amortização de empréstimos - principal	(125.111.718)	(74.099.993)
Juros pagos sobre empréstimos	(12.977.537)	(6.106.148)
Captação de debêntures	100.241.182	-
Amortização de debêntures - principal	-	-
Juros pagos sobre debêntures	(452.912)	-
Mútuo com partes relacionadas	(2.861.180)	409.356
Arrendamentos	(4.286.421)	(1.230.973)
Distribuição de dividendos	(6.075.289)	(5.948.919)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de financiamentos	**(307.879)**	**(6.595.106)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.153.682)**	**23.545.725**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.942.684	14.396.959
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.789.002	37.942.684
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.153.682)**	**23.545.725**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A COPAPA – Companhia Paduana de Papéis é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1960, cuja sede encontra-se na Avenida José Homem da Costa, 635-693 – bairro São Luis no município de Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Tem como atividade principal e única, a fabricação e a comercialização, para todo o país, de papéis higiênicos e sanitários, toalhas de papel e guardanapos de papel e outros produtos congêneres.

1.1. Impactos da COVID-19

A Administração da Companhia tem acompanhado os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19, com monitoramento diário, priorizando acima de tudo a saúde e segurança de todos os seus colaboradores.

Ao longo do enfrentamento da pandemia de COVID-19, a administração manteve as medidas, visando a redução de custos e fortalecimento da posição de caixas e liquidez. Dentre elas, a utilização de benefícios atribuídos pelo Governo Federal, negociações com instituições financeiras e fornecedores, entre outras.

De acordo com o plano de contingência elaborado pela Companhia, durante o ano de 2021, com o avanço da vacinação contra o coronavírus e a flexibilização dos estados e municípios, foram flexibilizadas as medidas de segurança adotadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2022.

2.1.1. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.
Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- **Valor justo por meio de resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- **Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante suficiente pela Administração para fazer diante de eventuais perdas na realização dos créditos.

Os cálculos do ajuste a valor presente não apresentaram valores relevantes em razão do curtíssimo prazo de liquidação das duplicatas a receber. Portanto, não houve contabilização de ajuste a valor presente.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem ao custo de reposição.

f. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos de créditos apurados nas operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

g. Despesas antecipadas

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmio de seguros a apropriar, verbas de introdução, vestimentas a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência e/ou prazo de utilização dos benefícios.

h. Ativos circulantes e não circulantes

Outros ativos circulantes e não circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indícios de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007 e constatou que não há indicadores de desvalorização deles, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizáveis.

A depreciação é calculada utilizando o método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, para a qual a Companhia revisa periodicamente.

As taxas de depreciação aplicada pela Companhia estão sendo assim demonstrado:

	Contruções	Maquinas e Equipamentos	Moveis e Utensilios	Veiculos e Acessorios	Computadores e Acessorios
Taxa anual	4,00%	2,86%	10,00%	25,00%	20,00%

A Administração da Companhia não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01.

j. Subvenção Governamental

A subvenção governamental esta demonstrada como ativo não monetário, reconhecido pelo seu valor justo. A receita é reconhecida no momento do seu recebimento nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo do período beneficiado.

k. Fornecedores

Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

l. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias, incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente.

m. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

n. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

p. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

q. Benefícios a funcionários

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios como Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), seguro de vida, vale transporte, entre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

r. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas "*pro rata die*" com base no método da taxa de juros efetiva.

s. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no exercício em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

t. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

u. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.2. Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 2021

Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2"

As alterações as IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

A administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação às práticas anteriormente utilizadas nas demonstrações contábeis.

b) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

A alteração determina de forma especifica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

A administração da Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

Outras normas

i) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022;

ii) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro 2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022;

iii) Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022;

iv) Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;

v) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e

vi) Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa Econômica Federal	153.672	436.146
Banco Itaú S.A.	1.308.339	2.240.893
Banco Bradesco S.A.	655.767	71.416
Banco Oliveira Trust DTVM	2.088	-
Banco Votorantim S.A.	39	489
Banco Safra S.A.	528	228
Banco Caixa Geral do Brasil S.A	15.350	15.350
	2.135.783	**2.764.522**
Aplicações Financeiras [1]		
Banco do Brasil S.A.	12.911.159	22.201.086
Banco Bradesco S.A.	161.183	119.584
Caixa Econômica Federal	4.434.078	1.814.424
Banco Santander S.A.	146.799	7.663
Banco Itau S.A.	-	11.034.401
Banco Safra S.A.	-	1.004
	17.653.219	**35.178.162**
	19.789.002	**37.942.684**

(1) As aplicações financeiras são referentes a investimentos em fundos de renda fixa, com objetivo de remuneração do saldo bancário diário, disponível em conta corrente, com resgate diário e automático do recurso investido.

4. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Duplicatas a receber	44.119.153	35.784.019
(-) Provisão para perdas esperadas	(362.979)	(759.721)
	43.756.174	**35.024.298**

A composição da rubrica de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2021	2020
A vencer	42.615.316	34.299.911
Vencidos até 30 dias	677.992	372.201
Vencidos entre 31 e 60 dias	76.386	33.763
Vencidos entre 61 e 90 dias	52.209	12.255
Vencidos entre 91 e 360 dias	342.337	301.251
Vencidos acima de 361 dias	354.913	764.638
	44.119.153	**35.784.019**

A constituição da PECLD foi formada com base na perda esperada pela empresa, usando o critério de valores vencidos a mais de 360 dias. A movimentação para provisão de perdas esperadas é a seguinte:

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**759.721**
Realização da provisão pela baixa	(759.721)
Constituição de PECLD em 2021	362.979
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**362.979**

5. Estoques

	2021	2020
Materiais de almoxarifado e outros	15.667.060	13.143.745
Matéria prima	5.376.687	3.601.113
Produtos em elaboração	2.881.024	1.191.816
Produtos acabados	1.072.862	1.826.764
	24.997.633	**19.763.438**

6. Impostos a recuperar

	2021	2020
Circulante		
ICMS a recuperar [2]	12.354.939	13.125.416
IPI a recuperar	1.216.610	1.103.323
PIS a recuperar [3]	2.856.530	3.258.345
COFINS a recuperar [3]	18.950.089	5.298.227
Outros impostos	171.779	103.712
	35.549.947	**22.889.023**
Não Circulante		
ICMS a recuperar [2]	27.461.284	17.362.072
	27.461.284	**17.362.072**
	63.011.231	**40.251.095**

[2] A companhia, através de planejamentos tributários, tem buscado meios legais para monetizar os valores apresentados na rubrica de ICMS a recuperar;

[3] Em junho de 2020 transitou em julgado o processo judicial 0030889-63.2017.4.02.5103 no âmbito do STF, referente ao crédito de PIS e COFINS que teve excluído da base o valor do ICMS destacado, o qual foi emitido o despacho decisório nº 6738/HABCRED/DRF-VIT/DEVAT07 deferindo pedido de habilitação do crédito no valor total de R$ 3.029.410.

7. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão sendo demonstradas a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2021	
	Ativo	**Passivo**
	Mútuos a Receber	**Mútuos à Pagar**
Saulo Fonseca Padilha	1.500.200	6.013.518
Jose Mauricio Silva Padilha	1.500.200	-
Clarissa Padilha	-	160.000
Emanuela Padilha Sanches	-	500.000
Antonio Fernando Pinheiro da Silva	100.000	-
	3.100.400	**6.673.518**

	Em 31 de dezembro de 2020	
	Mútuos a Receber	**Mútuos à Pagar**
Saulo Fonseca Padilha	-	4.570.798
Frederico de Alvim Padilha Filho	-	730.000
SJT Administradora de Bens	-	1.133.500
	-	6.434.298

i) Saldos Ativos

A Companhia possui saldo a receber com acionistas que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam o montante de R$ 3.000.400 referente a empréstimo para pagamento do custeio de plano de aposentadoria privado. A liquidação do principal e dos juros se dará no resgate do plano de previdência. O saldo de R$ 100.000 é referente ao empréstimo não garantido, firmado com diretor, o qual incidem encargos financeiros mensais de 0,90% a.m.

ii) Saldos Passivos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o saldo devedor de R$ 6.673.518 (R$ 6.434.298 em 2020) referente a contratos de mútuo firmados com acionistas e familiares, com prazo de liquidação indeterminado, os quais incidem encargos financeiros mensais de 0,90% a.m.

8. Outros créditos

O montante de R$ 258.467 (R$ 537.794 em 2020) é referente a pagamentos antecipados efetuados a terceiros.

9. Imobilizado

	Terrenos	Construções	Maquinas e Equipamentos	Móveis e Utensilios	Veiculos e Acessorios	Computadores e Acessorios	Arrendamento Mercantil	Imobilizado em Andamento	Imobilizado Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**5.168.272**	**15.382.717**	**87.876.722**	**1.035.705**	**31.628**	**495.418**	**3.456.164**	**4.755.967**	**118.202.593**
Aquisição	-	52.223	2.787.536	211.286	165.894	141.113	-	7.849.877	**11.207.929**
Depreciação	-	(604.721)	(3.778.570)	(163.213)	(40.508)	(161.160)	(169.532)	-	**(4.917.704)**
Transferências	-	309.331	4.250.338	(115.418)	-	(7.125)	375	(4.437.501)	**-**
Movimentação de Baixa	-	-	761.670	(4.741)	-	(260)	(7.617)	-	**749.052**
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**5.168.272**	**15.139.550**	**91.897.696**	**963.619**	**157.014**	**467.986**	**3.279.390**	**8.168.343**	**125.241.870**
Aquisição	465.000	233.163	4.390.809	254.458	-	354.143	-	2.743.230	**8.440.803**
Depreciação	-	(627.310)	(3.859.348)	(203.281)	(40.643)	(221.343)	(155.556)	-	**(5.107.481)**
Transferências	-	1.857.243	1.419.855	337.629	43.427	229.469	-	(3.887.623)	**-**
Movimentação de Baixa	-	-	(106.745)	(9.779)	(52.523)	-	-	-	**(169.047)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**5.633.272**	**16.602.646**	**93.742.267**	**1.342.646**	**107.275**	**830.255**	**3.123.834**	**7.023.950**	**128.406.145**
Custo Total	5.633.272	22.330.204	166.634.074	3.329.864	438.281	2.036.675	4.927.286	7.023.950	**212.353.606**
Depreciação Acumulada	-	(5.727.558)	(72.891.807)	(1.987.218)	(331.006)	(1.206.420)	(1.803.452)	-	**(83.947.461)**
Valor residual	**5.633.272**	**16.602.646**	**93.742.267**	**1.342.646**	**107.275**	**830.255**	**3.123.834**	**7.023.950**	**128.406.145**
Taxa Depreciação anual	**-**	**4,00%**	**2,86%**	**10,00%**	**25,00%**	**20,00%**	**2,86%**	**-**	

Arrendamento mercantil

A Companhia possui ativos adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro com cláusulas de opção de compra ao final do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros foram registrados como obrigação pelos seus valores presentes enquanto os bens foram registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, conforme determinação do pronunciamento técnico - CPC 06 R2 – operações de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2021, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente ao arrendamento mercantil financeiro, o montante de R$ 155.556 relativo à despesa de depreciação.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

10. Direito de uso

A Companhia possui ativos direito de uso registrados como obrigação pelos seus valores presentes de acordo com CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Contratos	2020	Aquisição/Baixa	Depreciação	2021	Encargos Financeiros
Locadora DL do Brasil Ltda	**11.870.416**	-	(367.722)	**11.502.694**	**1.370.552**
MotMaquina Manutenção e Aluguel Ltda	**866.611**	-	(650.009)	**216.602**	**119.234**
M Lopes da Silva - Transportes - ME	**665.540**	-	(570.463)	**95.077**	**89.537**
ALD Automotive S.A.	**132.068**	93.774	(154.428)	**71.414**	**16.761**
Aggreko Energia e Locação de Geradores	**159.263**	(26.108)	(133.155)	**-**	**21.084**
CKRG Alves - Coletora de Residuos	**-**	1.735.476	(847.558)	**887.918**	**66.624**
LMA Transportes e Logisticas Ltda	**-**	96.688	(16.115)	**80.573**	**1.285**
	13.693.898	**1.899.830**	**(2.739.450)**	**12.854.278**	**1.685.077**

11. Ativo de Subvenção

O valor de R$ 8.658.300 registrado como ativo de subvenção, trata-se de um terreno recebido da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua/RJ, localizado no Polo Industrial desta cidade, com área total de 32.550 m² (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados).

O ativo foi reconhecido pelo valor justo em contrapartida como receita de subvenção no momento do seu recebimento por não haver base de alocação ao longo do período.

12. Fornecedores

	2021	2020
Eldorado Brasil Celulose S.A.	17.091.780	6.260.298
Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S/A	6.076.799	4.939.901
Plasdil Plásticos Divinópolis Ltda.	4.579.022	1.690.582
CRR Centro de Reciclagem Rio Ltda.	1.876.692	1.119.268
Whargo Comercio e Reciclagens Ltda Me	1.477.391	66.463
Piquiri Ind. Com. Papéis Ltda.	1.282.174	1.255.761
Guapi Papeis Industria de Papel e Papelão	916.360	439.482
Vitoria Comercio de Aparas	720.552	249.084
Valorize Reciclagem Com. e Transporte	610.580	-
Bomplastic Bom Jesus Plasticos Ltda	552.699	298.710
Helsten Comercio de Facas e Ferramentas	529.571	296.565
Plastrela Embalagens Flexiveis Ltda.	157.113	1.313.128
Suzano Papel e Celulose S.A.	-	6.796.219
SR Embalagens Plasticas Tres Rios Ltda	-	608.933
Outros	10.415.176	10.287.994
	46.285.909	**35.622.388**

13. Risco Sacado

A Companhia possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada Risco Sacado. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para essas instituições que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

Os montantes dessas transações estão apresentados em rubricas específicas. As operações estão apresentadas a seguir.

	2021	2020
Banco do Brasil S/A	4.995.261	3.725.817
Banco Santander Brasil S/A	7.937.625	7.159.241
Itau Unibanco S/A	6.023.696	8.215.052
Bradesco S/A	3.946.568	-
	22.903.150	**19.100.110**

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2021	2020
Circulante		
Banco do Brasil S.A.	8.419.576	8.607.319
BNDES - Banco Nacional Desenv. Economico Social	2.751.902	2.963.722
Banco Bradesco S.A.	624.560	669.622
Caixa Econômica Federal	2.553.864	3.140.003
Debêntures	2.383.712	-
Leasing	-	261.901
Instrumentos de Crédito - Operação Sindicalizada	-	13.444.199
	16.733.614	**29.086.766**
Não circulante		
Banco do Brasil S.A.	14.854.505	22.946.769
BNDES - Banco Nacional Desenv. Economico Social	26.781.234	29.082.747
Caixa Econômica Federal	7.519.868	9.982.623
Debêntures	98.570.495	-
Instrumentos de Crédito - Operação Sindicalizada	-	42.726.590
	147.726.102	**104.738.728**
	164.459.716	**133.825.494**

A seguir, as especificações dos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia.

a) Caixa Econômica Federal S.A.

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou uma operação de FINAME, para a aquisição de uma nova linha de conversão (Linha Mile), no valor total de R$ 10.783.000. Como garantia desta operação, a Companhia colocou em alienação fiduciária a Linha de Conversão (Linha Mile), adquirido por meio deste empréstimo.

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu empréstimo para alongamento de passivo bancário e reforço de Capital de Giro, na importância de R$ 5.900.000, a ser pago em 30 prestações mensais, após o período de carência de 6 meses, vencendo a primeira em 27 de julho de 2022 e a última vencendo em 27 de dezembro de 2024. Sobre o saldo devedor, incidem encargos financeiros correspondentes 100% CDI CETIP mais taxa de juros sobrepreço de 0,29% a.m.

b) Banco do Brasil S.A.

Em 31 de julho de 2013, a Companhia contratou operação de Finame PSI, para aquisição de uma linha de conversão de papel (Linha Mile), do fabricante Fábio Perini Indústria e Comércio de Máquinas Ltda., no montante de R$ 9.550.000. Como garantia, a Companhia colocou em alienação fiduciária 100% do valor de aquisição do bem financiado.

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia contraiu empréstimo, conforme Cédula de Crédito Industrial nº 40/00664-6, na importância de R$ 2.383.160, para aquisição de secador de uso industrial. Como garantia desta operação, a Companhia colocou em alienação fiduciária o secador industrial adquirido por meio deste empréstimo, cujo valor global de aquisição foi R$ 2.647.956.

Em 21 de fevereiro de 2014, a Companhia contraiu empréstimo, conforme Cédula de Crédito Industrial (CCI) nº 40/00665-4, na importância de R$ 520.000, para aquisição de uma máquina Empacotadeira Automática Modelo SRP-Cubo Multi. Como garantia desta operação, a Companhia colocou em alienação fiduciária a Empacotadeira Automática Modelo SRP-Cubo Multi adquirida por meio deste empréstimo, cujo valor global de aquisição foi R$ 650.000.

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia contraiu empréstimo, conforme Cédula de Crédito Industrial (CCI) nº 40/00685-9, na importância de R$ 17.500.000, para aquisição de uma máquina de Papel Tissue tipo Crescent Former. Como garantia desta operação, a Companhia colocou em alienação fiduciária a Máquina de Papel Tissue tipo Crescent Former adquirido por meio deste empréstimo, cujo valor global de aquisição foi R$ 17.500.000.

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia contraiu empréstimo, conforme Cédula de Crédito Industrial nº 40/00686-7, na importância de R$ 3.450.000, para aquisição de Sistema de Preparo de Massa a ser utilizada na produção de papel. Como garantia desta operação, a Companhia colocou em alienação fiduciária o sistema de preparo de massa adquirido por meio deste empréstimo, cujo valor global de aquisição foi R$ 3.450.000.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia contraiu empréstimo para Capital de Giro, conforme Cédula de Crédito Bancário nº 343.702.171, na importância de R$ 10.000.000, a ser pago em 42 prestações mensais, após o período de carência de 6 meses, vencendo a primeira em 26 de junho de 2021 e a última vencendo em 26 de novembro de 2024. Sobre o saldo devedor, incidem encargos financeiros correspondentes à taxa média do CDI acrescido de sobretaxa efetiva de 4,7% a.a.

Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia contraiu empréstimo para Capital de Giro, conforme Cédula de Crédito Bancário nº 343.702.182, na importância de R$ 5.000.000, a ser pago em 41 prestações mensais, após o período de carência de 6 meses, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última vencendo em 15 de dezembro de 2024. Sobre o saldo devedor, incidem encargos financeiros correspondentes à taxa média do CDI acrescido de sobretaxa efetiva de 4% a.a.

c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)

Em 14 de agosto de 2018, a Companhia contratou financiamento destinado a investimentos fixos e aquisição de equipamentos nacionais, mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0373.1, no valor total de R$ 33.895.000, a ser pago em 162 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2020 e última em 15 de agosto de 2033. Como garantia desta operação a Companhia colocou em alienação fiduciária as máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação, com valor global mínimo de R$ 29.568.000 e parte das máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia que compõe o valor de R$ 20.437.100.

d) Debêntures

Em 20 de outubro de 2021, foi aprovado pela Companhia a primeira emissão de um total de 10.500 (dez mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única de valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil Reais) conforme resumo abaixo:

Descrição	Série	Valor emitido	Inicio	Vencimento	Encargos Financeiros	31/12/2021
1º emissão	Única	105.000.000	12/11/2021	12/11/2027	CDI + 3,25% a.a.	105.713.025
Custo de Emissão		(4.758.818)				(4.758.818)
		100.241.182				100.954.207
Circulante						2.383.712
Não circulante						98.570.495

As parcelas do não circulante tem os seguintes vencimentos:

	31/12/2021				
	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**
Debêntures	21.000.000	21.000.000	21.000.000	21.000.000	19.250.000
Custo da Transação	(951.764)	(951.764)	(951.764)	(951.764)	(872.450)
Total	**20.048.236**	**20.048.236**	**20.048.236**	**20.048.236**	**18.377.550**

As debêntures foram integralizadas à vista em 29 de novembro de 2021, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional.

O valor nominal unitário não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da remuneração das debêntures, conforme o caso.

A remuneração das debêntures será paga mensalmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de janeiro de 2022 e os demais pagamentos devidos todo dia 12 de cada mês até a data de vencimento das debêntures.

O saldo do valor nominal das debêntures será amortizado em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 13º mês contado da data da emissão, ou seja, em 12 de dezembro de 2022, e a última na data de vencimento das debêntures.

Os recursos captados por meio de emissão das debêntures serão destinados exclusivamente, para liquidação antecipada de cédulas de crédito bancário em favor de determinados credores, e os recursos excedentes, para reforço de caixa e para a condução das atividades da Companhia.

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento, como segue:

	Divida Liquida / EBITDA	**Divida Bruta Maxima**	**Distribuição Dividendos Maxima**	**EBITDA / Despesa Financeira Liquida**	**Mutuos Passivos**
	≤	=	=	≥	≥
2021	3,9	190.000.000	6.300.000	1,3	6.000.000
2022	3,0	170.000.000	6.300.000	2,0	3.000.000
2023	2,5	145.000.000	6.300.000	2,5	3.000.000
2024	2,0	130.000.000	6.300.000	3,0	3.000.000
2025	2,0	120.000.000	6.300.000	3,0	3.000.000
2026	2,0	115.000.000	6.300.000	3,0	3.000.000
2027	2,0	115.000.000	6.300.000	3,0	3.000.000

15. *Covenants* Financeiros

A Companhia possui compromissos contratuais estabelecidos em seu contrato de debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, não atingiu alguns dos indicadores estabelecidos, porém obteve o *Waiver* junto as instituições financeiras.

	2021	2020
Lucro Liquido do Exercício	**4.288.354**	**17.767.490**
IRPJ e CSLL	(816.245)	3.666.874
Efeito financeiro	23.852.189	14.677.538
Depreciação	7.357.791	6.150.560
EBTIDA	**34.682.089**	**42.262.462**
Disponibilidades	19.789.002	37.942.684
Dívida Liquida / EBITDA	**4,17**	**2,39**
Emprestimos e Financiamentos	164.449.716	138.909.562
Operações Risco Sacado	22.903.150	-
Deutsche Leasing	4.620.000	-
Divida Bruta	**191.972.866**	**138.909.562**
Dividendos Distribuidos	**6.075.289**	**5.948.919**
Despesas Financeiras Liquida	23.852.189	14.677.538
EBTIDA / Depesas Financeiras	**1,45**	**2,88**
Mutuos Passivos	**6.673.518**	**6.434.298**

16. Obrigações de arrendamento – IFRS 16

As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) estão compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Circulante		
Locadora DL do Brasil Ltda	2.520.000	2.520.032
Outros	1.351.498	1.477.258
	3.871.498	**3.997.290**
Não circulante		
Locaodra DL do Brasil Ltda	2.100.000	4.620.000
Outros	-	320.651
	2.100.000	**4.940.651**
	5.971.498	**8.937.941**

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	2021	2020
Saldo Inicial	8.937.941	8.970.024
Adição/Baixa de arrendamento	1.907.845	3.170.299
Pagamento de arrendamentos	(6.559.365)	(4.401.272)
Juros reconhecidos no resultado	1.685.077	1.198.890
	5.971.498	**8.937.941**

17. Obrigações tributárias

	2021	2020
IRRF a recolher	355.763	352.466
CSRF a recolher	30.026	11.373
ICMS a recolher	1.114.698	1.002.428
ISS a recolher	2.157	4.165
	1.502.644	**1.370.432**

18. Obrigações sociais pagar

	2021	2020
Salários a pagar	1.072.899	1.273.743
Provisão de férias	2.392.723	3.001.756
Pensão alimentícia	8.511	14.596
INSS a recolher	554.133	640.857
FGTS a recolher	126.740	193.757
Outros	72.491	86.926
	4.227.497	**5.211.635**

19. Dividendos a pagar

O saldo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 96.797 (R$ 96.543 em 2020), será pago aos acionistas no exercício de 2022.

20. Outros passivos circulantes

	2021	2020
Seguros a pagar	262.295	258.091
Transportadoras a pagar	389.006	467.895
Energia elétrica	3.902.937	3.370.558
Adiantamento de Clientes	131.899	968.669
Outras contas	319.673	315.965
	5.005.810	**5.381.178**

21. Imposto de Renda e Contribuições sociais diferidos

O saldo, em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social diferidos sobre:

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial de imóveis	1.363.125	1.363.125
Ajuste de avaliação patrimonial de bens móveis	586.791	681.434
Exclusão do ICMS da base PIS e COFINS	-	721.601
	1.949.916	**2.766.160**

22. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A seguir, demonstramos a conciliação da provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social a pagar:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes das provisões tributárias	**3.472.109**	**3.472.109**	**21.434.364**	**21.434.364**
Ajustes ao lucro líquido				
Ajuste Prejuizos Anteriores	-	-	(386.368)	13.606
Despesas não dedutíveis	18.193.602	18.193.602	11.978.264	11.978.264
Exclusão ao lucro líquido [4]	(34.332.950)	(34.332.950)	(21.836.752)	(21.836.752)
Lucro Real / Prejuizo Fiscal	**(12.667.239)**	**(12.667.239)**	**11.189.508**	**11.589.482**
Alíquota efetiva do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	**-**	**-**	**2.797.377**	**1.043.053**
Parcela isenta do Imposto de Renda adicional	-	-	(18.000)	-
Incentivo fiscal sobre alimentação	-	-	(42.000)	-
Saldo a recolher de IRPJ e CSLL	**-**	**-**	**2.737.377**	**1.043.053**
Compensações	(600.180)	(216.065)	(82.272)	(31.284)
Total de IRPJ e CSLL	**(600.180)**	**(216.065)**	**2.655.105**	**1.011.769**

[4] Refere-se substancialmente, ao ajuste da Depreciação Fiscal (R$ 17.042.140) e a Receita de Subvenção (R$ 8.658.300)

23. Provisão para contingências

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não sendo necessário reconhecer quaisquer provisões para contingências adicionais em relação àquelas registradas contabilmente.

As declarações de Imposto de Renda e demais informativos fiscais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. A Administração da Companhia, entretanto, não espera perdas significativas como decorrência de eventuais revisões futuras pelas autoridades fiscais.

O saldo da provisão, constituído com base na opinião de seus consultores jurídicos, quanto à probabilidade de perda provável em processos judiciais, pode ser assim sumariado:

Processos	2021	2020
Cíveis	41.481	41.481
	41.481	**41.481**

A Administração, baseada na análise individual dos processos e acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos externos, considerou como sendo possíveis de perda, as contingências demonstradas a seguir:

Processos	2021	2020
Trabalhistas	677.435	169.000
Cível	1.100.000	-
	1.777.435	**169.000**

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 04 de agosto de 2021 foi aprovado, dentro do limite autorizado pelo Estatuto Social, o aumento de capital social no montante de R$ 4.025.000 mediante a emissão de 4.025.000 novas ações, passando o capital social de R$ 20.125.000 para R$ 24.150.000.

Em 31 de dezembro de 2021, está totalmente integralizado e é representado por 24.150.000 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 19.320.000 são ordinárias, com direito a voto, e 4.830.000, são preferenciais, sem direito a voto.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem preferência no reembolso de capital e fazem jus a dividendos, não fixos e sem valor mínimo, entretanto, em montante de 10% superior ao atribuído às ações ordinárias.

O quadro acionário está mencionado a seguir:

Acionistas	Participação do capital social com direito a voto		Participação do capital social sem direito a voto	
Antonio Cláudio Silva Padilha	2.415.000	10,00%	559.151	2,32%
Frederico de A. Padilha Filho	2.415.000	10,00%	559.151	2,32%
José Maurício Silva Padilha	2.415.000	10,00%	559.151	2,32%
Paulo César Silva Padilha (Espólio)	2.415.000	10,00%	559.150	2,32%
Jecilda Pinheiro Fonseca P. Silva	241.500	1,00%	154.286	0,64%
Jussara Padilha Campanário	3.139.500	13,00%	694.106	2,87%
Saulo Fonseca Padilha	3.139.500	13,00%	694.106	2,87%
Renata Miguel Padilha Accioly	1.569.750	6,50%	347.053	1,44%
Gabriel Miguel Padilha	1.569.750	6,50%	347.053	1,44%
Jane Pereira Padilha	-	-	1	0,00%
Fernando Padilha De Cnop	-	-	230.210	0,95%
Ligia Padilha Nacif	-	-	2.011	0,01%
Manira Padilha Nacif	-	-	7.056	0,03%
Margareth Padilha Nacif	-	-	2.011	0,01%
Francisco Jose de O. Rezende	-	-	57.752	0,24%
Isa Ramos de Oliveira Rezende	-	-	57.752	0,24%
	19.320.000	**80%**	**4.830.000**	**20%**

b) Ajustes de avaliação patrimonial

O montante de R$ 3.600.442 (R$ 3.784.162 em 2020) registrado na Rubrica de "Ajustes de avaliação Patrimonial" é referente à avaliação patrimonial dos imóveis e bens móveis realizados pela Companhia no exercício de 2010.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do Lucro Líquido do exercício, calculados nos termos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Para o ano de 2021 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 6.075.289.

d) Reservas de Lucros

(i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$ 4.239.418 e em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 4.025.000.

(ii) Incentivos fiscais: constituída com base no artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$ 4.073.936, constituída com a parcela do Lucro do Exercício referente ao terreno recebido a título de subvenção governamental.

(iii) Para aumento de capital: a constituição dessa reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$ 5.850.000.

(iv) Especial de dividendos: a constituição dessa reserva objetiva de garantir a continuidade da distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$ 13.152.399.

25. Receita operacional, líquida

	2021	2020
Venda de mercadorias		
Papel Higiênico	364.876.157	310.024.748
Papel Toalha / Guardanapo	1.571.217	1.931.366
Jumbo	24.299.510	20.036.194
Cuidados Pessoais	29.516	-
	390.776.400	**331.992.308**
Impostos e deduções sobre vendas		
ICMS sobre vendas	(32.313.479)	(26.748.419)
PIS sobre vendas	(406.534)	(336.980)
COFINS sobre vendas	(1.872.521)	(1.552.145)
IPI	(1.231.770)	(1.020.921)
Vendas canceladas e descontos	(2.761.051)	(3.124.590)
	(38.585.355)	**(32.783.055)**
	352.191.045	**299.209.253**

26. Custos dos produtos vendidos

	2021	2020
Gastos com fabricação [5]	183.302.343	125.618.767
Mão de Obra	12.923.268	13.318.573
Encargos Sociais	5.367.696	6.052.813
Energia elétrica	22.311.284	19.316.641
Combustível	11.454.530	10.518.248
Depreciação	5.482.451	4.446.104
Outros	13.831.297	13.884.353
	254.672.869	**193.155.499**

[5] Em 2021, mediante a vários fatores de mercado, político-econômicos e pandemia COVID-19, os gastos de fabricação dos produtos foram diretamente impactados devido aos aumentos consideráveis nos valores de insumos, como matéria prima, embalagem, energia e combustível.

27. Despesas com vendas

	2021	2020
Salários	1.619.967	1.187.103
Férias e 13° salário	392.919	247.685
Encargos Sociais (INSS e FGTS)	818.990	514.114
Demais proventos	230.202	12.722
Comissão à Representantes	12.293.314	11.062.288
Fretes e Encargos	32.648.644	27.791.830
Marketing	5.768.829	5.799.805
Outros	394.150	1.708.894
	54.167.015	**48.324.441**

28. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Salários	5.204.618	5.230.107
Férias e 13° salário	1.326.792	1.108.253
Honorários da diretoria	1.489.277	1.086.871
Encargos Sociais (INSS e FGTS)	3.052.593	2.590.462
Demais proventos	818.813	369.054
Serviços prestados por pessoa jurídica	3.732.681	4.367.384
Energia elétrica	1.684.219	438.761
Telefone	118.905	101.576
Seguros	529.953	529.294
Assistencia Médica	1.277.352	1.392.086
Outros	1.042.920	1.291.482
	20.278.123	**18.505.330**

29. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2021	2020
Serviços de manutenção	(53.129)	(96.136)
Perdas de clientes	(518.142)	(366.862)
Perdas de estoque	(872.557)	(1.477.334)
Despesas com coleta de residuos	(37.214)	(36.810)
Impostos e taxas	(2.209.773)	(1.628.720)
Receitas de Subvenções [6]	8.658.300	-
Crédito Pis e Cofins	804.815	390.478
Venda/Baixa Sucata/Imobilizado/Outras	199.715	1.764.270
Outras	154.584	43.489
	6.126.599	**(1.407.625)**

[6] A CIA recebeu em 2021 um terreno da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua/RJ, localizado no Polo Industrial desta cidade, com área total de 32.550 m² (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados) que foi reconhecido como Receita de Subvenções no momento do recebimento por não haver base de alocação da subvenção ao longo do período beneficiado.

30. Receitas (despesas) financeiras

Receitas financeiras	2021	2020
Descontos obtidos	120.164	204.602
Juros recebidos	727.438	683.236
Correção Monetária Ativa	722.135	-
	1.569.737	**887.838**
Despesas financeiras		
Juros sobre duplicatas descontadas	(272.068)	(105.179)
Juros e encargos sobre empréstimos [7]	(20.193.711)	(11.307.119)
Cobranças bancárias	(619.036)	(589.526)
Outros [8]	(4.337.111)	(3.563.552)
	(25.421.926)	**(15.565.376)**
	(23.852.189)	**(14.677.538)**

[7] A captação de recursos durante o período e a amortização total de custo de transação de operações quitadas aumentaram as despesas com juros e encargos sobre empréstimos;

[8] Valor referente a descontos concedidos e encargos financeiros sobre bens arrendados.

31. Seguros

A Companhia busca no mercado nacional o apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Seguradora	Descrição	Valor em Reais
MAPFRE Seguros Gerais S/A	Riscos nomeados e operacionais	271.033.051

32. Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos financeiros, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 1 (um) ano. Considerando o prazo e as características desses instrumentos que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização com prazos médios inferiores há 60 dias.

b. Política de gestão de riscos financeiros

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera baixo o risco de crédito em seu segmento de mercado. Ainda assim, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber, a Companhia tem adotado sistematicamente políticas de monitoramento, bloqueio, revisão de limites de crédito e negativação de clientes utilizando-se de produtos disponíveis no mercado junto aos órgãos de informação de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo Gerente Financeiro.

Risco de mercado

O aumento no preço dos transportes gerará influência no preço de venda por ela praticado. E ainda, os insumos que a Companhia adquire para o processo industrial correspondem a aproximadamente 72% do custo total incorrido, os quais sofrendo quaisquer variações acarretarão diretamente no preço de venda dos produtos.

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia normalmente tem contratos com taxas pós-fixadas para os empréstimos de curto e longo prazo, não havendo nenhum tipo de arbitragem com fins especulativos na contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição em 2021.

33. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de créditos (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Os equivalentes de caixa são mantidos em bancos de primeira linha.

A parcela correspondente a R$ 43.756.174 do saldo em aberto em contas a receber, está representada por *Cotia Paper, Supermercados BH, HD Sistemas, Supermercados Alvorada, GMAP Supermercado, Torre e Cia Supermercados, Supermercados Padrão do Fonseca e Supermercado Real de Eden* e demais clientes pulverizados, os quais são considerados pela Companhia como sem riscos de perda e denominado clientes especiais.

34. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data, eventos que pudessem alterar a forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Conselho de Administração

José Mauricio Silva Padilha
Presidente

Saulo Fonseca Padilha
Vice-Presidente

Conselheiros
Frederico de Alvim Padilha Filho
Gabriel Miguel Padilha
Jane Pereira Padilha
Antônio Cláudio Silva Padilha
Jecilda Pinheiro F. Padilha Silva
Jussara Padilha Campanário

Diretoria

Antônio Fernando Pinheiro da Silva
Diretor Presidente

Celso Ademir da Costa
Diretor Administrativo

Igor Dias da Silva
Diretor Financeiro

Contador

Rodrigo Pimentel Lima
CRC RJ nº 129306/O-3